

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Nos últimos anos, pelo menos 15 empresas públicas do setor não financeiro têm adquirido Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro, instrumentos igualmente conhecidos por swaps.

De acordo com os dados divulgados pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, relativos ao quarto trimestre de 2012, as perdas potenciais para o Estado devido à contratação destes produtos, estimam-se já em 2,8 mil milhões de euros. O Governo admite, no entanto, que este montante será já superior a três mil milhões de euros, uma verba gigantesca que pesará no bolso dos cidadãos.

Estes instrumentos foram contratados por administradores de empresas públicas com o aval do IGCP, diretamente tutelado pelo Ministério das Finanças. Recordamos ainda que desde 2009 que as empresas em questão estavam obrigadas a informar o Ministério das Finanças acerca da contratação destes instrumentos financeiros.

A conduta relacionada com estes processos levada a cabo por dois Secretários de Estado do atual Governo levou a que fossem exonerados da governação no seguimento do apuramento das suas responsabilidades neste dossier.

Estamos perante o recurso a um autêntico mecanismo assente numa economia de casino. Os cidadãos deparam-se agora com uma fatura astronómica para pagarem, num autêntico mecanismo de transferência de recursos abusiva do trabalho para o capital. O sistema financeiro provoca a instabilidade nos mercados, montando uma armadilha com a qual saem sempre a ganhar.

Para além das perdas potenciais, há, sem dúvida, empresas que já reconheceram na sua atividade perdas reais devido à contratação destes instrumentos financeiros, seja porque estes atingiram a sua maturidade, ou porque as instituições financeiras exigiram o seu pagamento antecipado.

É essencial, para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que o Governo divulgue esses dados, incluídos num relatório de auditoria conduzido pelo IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública. Por outro lado, o Governo ainda não esclareceu se o relatório de auditoria mais aprofundado levado a cabo pela Inspeção Geral de Finanças (IGF) já está concluído ou não. Caso esteja, é urgente que seja dado conhecimento do seu conteúdo à Assembleia da República.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem requerer ao Ministério das Finanças os seguintes documentos:

1. O relatório de auditoria sobre a contratação de swaps por empresas públicas, conduzido pelo IGCP.
2. O relatório de auditoria sobre a contratação de swaps por empresas públicas, conduzido pela IGF.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 17 de Maio de 2013

Deputado(a)s

ANA DRAGO(BE)